



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2025**

**PROCESSO Nº 0341/2024**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2025**

**VALIDADE: 12 (doze) meses**

**HIPÓTESE PARA A ADOÇÃO DO SRP: Art. 3º, inciso(s) II ao III do Decreto Estadual n.º 1.716/2023;**

A **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAPÁ**, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 34.868.927/0001-60, com sede na Avenida Fab, n.º S/N, Centro, CEP: 68.900-073, na cidade de Macapá/AP, neste ato representado por seu Diretor de Administrativo, o senhor MAICK HAMMER SILVA GEMAQUE, nomeado pela Portaria n.º 0011/2024-AL, de 09 de janeiro de 2024 (DOE/ALAP nº 1663, de 10/01/2024), brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade nº 187.250-DPT/AP e do CPF nº931.520.352-68, considerando a homologação da licitação na modalidade de Pregão, na forma Eletrônica nº. **90004/2025 - AL**, em 02/07/2025, constantes nos autos do processo administrativo n.º 0341/2024, RESOLVE:

**Registrar** os preços da empresa indicada e qualificada na Ata de Registro de Preços nº 003/2025-ALAP, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas especificações e quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às disposições do art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, da Lei n.º 14.133/2021, da Lei Complementar n.º 123/2006, alterada pela Lei Complementar n.º 147/2014, pela Lei n.º 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor (CDC), legislação correlata e demais exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, em conformidade com as disposições a seguir:

**1 - OBJETO**

1.1. Constitui objeto da presente Ata o **Registro de Preços** para a contratação de empresa para fornecimento sob demanda de Material de Expediente, para atender as necessidades das Unidades Administrativas da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações, condições e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência (Anexo - I do Edital de convocação).

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração Pública a proceder às contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a compra pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições. (art. 83 da Lei n.º 14.133/21).

**2 – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, o fornecedor e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que se seguem:



PODER LEGISLATIVO  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAPÁ  
Divisão de Contratos, Convênios e Instrumentos Afins



ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
<b>LOTE 01</b>					
5	BANDEJA DE DOCUMENTOS – Material: acrílico; Tipo: dupla; Cor: fumê; Comprimento: 370 mm; Largura: 250 mm. Marca: CARBRINCK	Unidade	25	R\$ 15,00	R\$ 375,00
6	BANDEJA DE DOCUMENTOS – Material: acrílico; Tipo: tripla; Cor: fumê; Comprimento: 370 mm; Largura: 250 mm. Marca: DELLO	Unidade	25	R\$ 23,00	R\$ 575,00
<b>Total do Grupo 1</b>					<b>R\$ 950,00</b>
<b>LOTE 02</b>					
11	BLOCO RECADO – Material: papel sulfite; Cor: variada; Largura: 38 mm; Comprimento: 50 mm; Tipo: removível; Características adicionais: 4 blocos; Quantidade de folhas: 100 folhas. Marca: OFF PAPER	PCT	250	R\$ 5,00	R\$ 1.250,00
12	BLOCO RECADO – Material: papel sulfite; Cor: variada; Largura: 76 mm; Comprimento: 76 mm; Tipo: removível; Características adicionais: 1 bloco; Quantidade de folhas: 400 folhas. Marca: OFF PAPER	PCT	200	R\$ 4,00	R\$ 800,00
<b>Total do Grupo 2</b>					<b>R\$ 2.050,00</b>
<b>LOTE 05</b>					
35	ETIQUETA - tipo: autoadesiva; cor: branca; formato: carta; medida aproximada: 25,4 x 66,7 mm; pacote com 25 folhas. Marca: CLAMAR	CX	50	R\$ 14,00	R\$ 700,00
36	ETIQUETA – tipo: autoadesiva; cor: branca; formato: carta; medida aproximada: 50,8 x 101,6 mm; pacote co 50 folhas. Marca: CLAMAR	CX	50	R\$ 24,00	R\$ 1.200,00
<b>Total do Grupo 5</b>					<b>R\$ 1.900,00</b>
<b>LOTE 06</b>					
39	FITA ADESIVA – Material: crepe; Tipo: monoface; Comprimento: 50 m; Largura: 48 mm; Cor: bege. Marca: EUROCEL	Unidade	200	R\$ 6,00	R\$ 1.200,00
40	FITA - Tipo: adesiva; Cor: marron; Material: filme de polipropileno biorientado com adesivo acrílico; Requisito: de primeira qualidade, validade mínima de 1 ano; Medida Mínima: 45 mm x 45 m.	Unidade	100	R\$ 5,00	R\$ 500,00
41	FITA ADESIVA – Material: PVC; Tipo: monoface; Comprimento: 50 m; Largura: 50 mm; Cor: transparente. Embalagem com 10 unidades. Marca: EUROCEL	PCT	50	R\$ 44,00	R\$ 2.200,00
42	FITA ADESIVA – Material: carbono; Tipo: dupla face; Comprimento: 20 m; Largura: 50	PCT	50	R\$ 71,00	R\$ 3.550,00

Documento Assinado Eletronicamente nos termos da Lei Federal nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, que dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos.

IX Legislatura - 2023 / 2027 — [www.al.ap.gov.br](http://www.al.ap.gov.br)



PODER LEGISLATIVO  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAPÁ  
Divisão de Contratos, Convênios e Instrumentos Afins

	mm. embalagem com 10 unidades. Marca: EUROCEL				
<b>Total do Grupo 6</b>					<b>R\$ 7.450,00</b>
<b>LOTE 07</b>					
43	GRAMPEADOR – Tipo: universal; Uso: para grampos 26/6; Capacidade: grampear até 25 folhas; Outras características: Para mesa. Marca: ONDA	Unidade	50	R\$ 10,00	R\$ 500,00
43	GRAMPEADOR – Material: metal; Tratamento Superficial: pintado; Tipo: mesa; Capacidade: 100 folhas; Aplicação: papel; Tamanho grampo: 23/6, 23/8, 23/10 e 23/13 Marca: GRAMPLINE	Unidade	15	R\$ 38,00	R\$ 570,00
<b>Total do Grupo 7</b>					<b>R\$ 1.070,00</b>
<b>LOTE 13</b>					
16	CANETA - Tipo: pincel atômico; Cor: vermelha Corpo: plástico; Informação Adicional: secagem rápida, podendo ser reabastecido, composto de álcool e corantes; Dados complementares: tampa na mesma cor da tinta. Caixa com 12 unidades. Marca: FUTURO	CX	20	R\$ 10,00	R\$ 200,00
17	CANETA - Tipo: pincel atômico; Cor: azul; Corpo: plástico; Informação Adicional: secagem rápida, podendo ser reabastecido, composto de álcool e corantes; Dados complementares: tampa na mesma cor da tinta. Caixa com 12 unidades. Marca: FUTURO	CX	20	R\$ 10,00	R\$ 200,00
18	CANETA - Tipo: marcador permanente; Uso: CD e DVD; Cor: azul; Ponta: 2mm; Requisito: Acrilix, Bic, aber Castell, Helios-Carbex, Pentel, Pilot ou de melhor qualidade. Marca: COMPACTOR	Unidade	180	R\$ 2,00	R\$ 360,00
19	CANETA ESFEROGRÁFICA –Material: plástico cristal; Material ponta: metálica com esfera de tungstênio; Tipo escrita: grossa; Cor tinta: azul; Características adicionais: tampa removível com haste para fixação. Caixa com 50 unidade. COMPACTOR	CX	200	R\$ 22,00	R\$ 4.400,00
20	CANETA ESFEROGRÁFICA – Material: plástico cristal; Material ponta: metálica com esfera de tungstênio; Tipo escrita: grossa; Cor tinta: preta; Características adicionais: tampa removível com haste para fixação. Caixa com 50 unidades. Marca: COMPACTOR	CX	50	R\$ 29,00	R\$ 1.450,00
21	CANETA MARCA TEXTO - Material: plástico; tipo ponta: fluorescente; Cor: multicolor; Tipo: não recarregável; Traço: 4 mm. Caixa com 12 unidades. Marca: COMPACTOR	CX	100	R\$ 8,00	R\$ 800,00
<b>Total do Grupo 13</b>					<b>R\$ 7.410,00</b>
<b>LOTE 14</b>					

Documento Assinado Eletronicamente nos termos da Lei Federal nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, que dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos.

IX Legislatura - 2023 / 2027 — [www.al.ap.gov.br](http://www.al.ap.gov.br)



PODER LEGISLATIVO  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAPÁ  
Divisão de Contratos, Convênios e Instrumentos Afins

29	ENVELOPE – Tipo: saco; Material: papel sulfite; Cor: branco; Gramatura: 150 g/m <sup>2</sup> ; Impressão: 4 x 0 cor; aba de fechamento: 3 cm; Informação Adicional: corte faca especial; Medida mínima: 155 x 265 mm (fechado); pacote: 50 unidades. Marca: FORONI	CX	50	R\$ 39,00	R\$ 1.950,00
30	ENVELOPE - Material: papel kraft; Gramatura: 80 g/m <sup>2</sup> ; Tipo: saco comum; Comprimento: 240 mm; Largura: 340 mm; Cor: branca. Embalagem com 250 unidades. Marca: FORONI	CX	50	R\$ 85,00	R\$ 4.250,00
31	ENVELOPE - Material: papel kraft; Gramatura: 80 g/m <sup>2</sup> ; Tipo: saco comum; Comprimento: 410 mm; Largura: 310 mm; Cor: ouro; Características adicionais: aba lado menor. Caixa com 250 unidades. Marca: FORONI	CX	50	R\$ 128,00	R\$ 6.400,00
32	ENVELOPE - Material: papel kraft; Gramatura: 80 g/m <sup>2</sup> ; Comprimento: 229 mm; Largura: 324 mm; Cor: amarelo ouro. Caixa com 250 unidades. Marca: FORONI	CX	50	R\$ 100,00	R\$ 5.000,00
33	ENVELOPE - Material: papel A4; Comprimento: 229 mm; Largura: 324 mm; Cor: branca. Caixa com 50 unidades. Marca: FORONI	CX	50	R\$ 28	R\$ 1.400,00
<b>Total do Grupo 14</b>					<b>R\$ 19.000,00</b>
<b>LOTE 15</b>					
45	GRAMPO - Material: aço galvanizado; Tamanho: 26/6. caixa com 5.000 unidades. Marca: ONDA	CX	100	R\$ 4,00	R\$ 400,00
46	GRAMPO - Material: aço galvanizado; Tamanho: 23/13; Requisito: arame de aço com tratamento antiferrugem. Caixa com 5.000 unidades. Marca: ACC	CX	30	R\$ 5,00	R\$ 150,00
47	GRAMPO TRILHO ENCADERNADOR - Material: plástico; Comprimento: 115 mm; Tipo: lingueta; Aplicação: fixação folhas em processos. Pacote com 50 unidades. Marca: DELLO	PCT	100	R\$ 3,50	R\$ 350,00
<b>Total do Grupo 15</b>					<b>R\$ 900,00</b>
<b>ITENS INDIVIDUAIS</b>					
1	AGENDA – Tipo: Diária; Confeccionada: em papel virgem; Medida: 145X205mm; Capa: capa em material sintético, almofada; com 190 páginas; Modelo: Dados pessoais, calendário 3 anos, agenda telefônica e fita marcadora em cetim. Marca: DAC	Unidade	100	R\$ 25,00	R\$ 2.500,00
2	ALMOFADA CARIMBO - Material caixa: plástico; Material almofada: esponja absorvente revestida de tecido; Tamanho: nº 04; Cor: azul; Tipo: entintada; Comprimento: 17 cm; Largura: 10 cm. Marca: CARBRINCK	Unidade	50	R\$ 4,00	R\$ 200,00

Documento Assinado Eletronicamente nos termos da Lei Federal nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, que dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos.

IX Legislatura - 2023 / 2027 — [www.al.ap.gov.br](http://www.al.ap.gov.br)



PODER LEGISLATIVO  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAPÁ  
Divisão de Contratos, Convênios e Instrumentos Afins

3	APAGADOR QUADRO BRANCO - Material base: feltro; Material corpo: acrílico; Dimensão: 17 x 5 x 10 cm; Características adicionais: estojo com compartimento para 2 pincéis. Marca: DELLO	Unidade	30	R\$ 3,00	R\$ 90,00
4	APONTADOR – Formato: retangular; Corpo: plástico; Lâmina: aço inoxidável com tratamento antiferrugem; Requisito: com depósito; Tamanho: grande. Caixa c/25 und. Marca: FUTURO	CX	20	R\$ 12,00	R\$ 240,00
13	CADERNO - Tipo: protocolo de correspondência; Capa: papelão (capa dura); Revestimento: papel off set; Quantidade de folhas: 100 a 104 folhas; Formato: 160 x 220 mm. Marca: FORONI	Unidade	100	R\$ 6,00	R\$ 600,00
14	CAIXA - Tipo: arquivo morto; Tamanho: escritório; Material: polionda; Requisito: colorida; Medida Mínima: 36 x 25 x 13 mm (A x P x L). Marca: DELLO	Unidade	250	R\$ 2,90	R\$ 725,00
27	DISCO COMPACTO – Tipo: CD-R (CD Gravável); Capacidade: CD rom 700 mb; Tempo de gravação: 80 minutos; Tipo capa: em acrílico duro; Velocidade de gravação: 52X. Marca: ELGIN	Unidade	100	R\$ 1,10	R\$ 110,00
28	DIVISÓRIA FICHARIO - Material: polipropileno; Quantidade de matérias: 12; Comprimento: 21,50 cm; Largura: 29,7 cm; Características adicionais: furação universal. Pacote com 12 unidades. Marca: DAC	Unidade	100	R\$ 5,00	R\$ 500,00
34	ESTILETE - Tipo: largo; Corpo: plástico; Lâmina: 18 mm; Dados Complementares: com sistema de trava. Caixa com 12 unidades. Marca: LEOART	CX	20	R\$ 9,00	R\$ 180,00
37	ESPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO – Uso: encadernação; Material: plástico; Diâmetro: 40 mm; Comprimento: 33 cm. Pacote com 50 unidades. Marca: TECKLINE	PCT	20	R\$ 12,00	R\$ 240,00
48	LÁPIS – material: madeira; cor: preto; diâmetro carga: 2 mm; dureza carga: HB; formato: cilíndrico; características adicionais: sem borracha. Caixa com 72 unidades. Marca: SERELEPE	CX	50	15	R\$ 750,00
49	LIVRO ATA - Material: papel alta alvura; Quantidade de folhas: 100 un; Gramatura: 56 g, m <sup>2</sup> ; Comprimento: 298 mm; Largura: 203 mm; Tipo capa: dura; Características adicionais: numerado, sem margens. Marca: TAMOIO	Unidade	100	R\$ 7,00	R\$ 700,00
51	PAPEL - tipo: sulfite; formato: A4 (210 x 297mm); gramatura: 75 g/m <sup>2</sup> ; cor: branco; requisito: embalagem em papel plastificado, resistente à umidade. Caixa com 10 resmas. (Ampla concorrência). Marca: REPORT	CX	300	R\$ 190,00	R\$ 57.000,00

Documento Assinado Eletronicamente nos termos da Lei Federal nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, que dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos.

IX Legislatura - 2023 / 2027 — [www.al.ap.gov.br](http://www.al.ap.gov.br)



PODER LEGISLATIVO  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAPÁ  
Divisão de Contratos, Convênios e Instrumentos Afins

52	PAPEL - tipo: sulfite; formato: A4 (210 x 297mm); gramatura: 75 g/m <sup>2</sup> ; cor: branco; requisito: embalagem em papel plastificado, resistente à umidade. Caixa com 10 resmas. (Destinado à participação de ME e EPP). Marca: REPORT	CX	100	R\$ 185,00	R\$ 18.500,00
53	PAPEL - tipo: Vergê; formato: a4; gramatura: 180 g/m <sup>2</sup> ; cor: variadas. Embalagem com 50 fls. Marca: OFF PAPER	PCT	100	R\$ 8,00	R\$ 800,00
54	PAPEL FOTOGRÁFICO – Tipo: glossy; Cor: branca; Gramatura: 180 g/m <sup>2</sup> . Embalagem com 50 unidades. Marca: OFF PAPER	PCT	200	R\$ 12,80	R\$ 2.560,00
57	PERFURADOR PAPEL - Material: metal; Tipo: médio; Tratamento Superficial: pintado; Capacidade perfuração: 30 fl; Funcionamento: manual; Características adicionais: furos redondos com marginador. Marca: ONDA	Unidade	30	R\$ 14,00	R\$ 420,00
65	TINTA PARA CARIMBO - cor: azul; componentes: água, pigmentos; aspecto físico: líquido; aplicação: almofada; capacidade frasco: 25 ml. Caixa com 12 unidades. Marca: FUTURO	CX	10	R\$ 37,00	R\$ 370,00
<b>VALOR TOTAL ITENS INDIVIDUAIS (R\$)</b>					<b>R\$ 86.485,00</b>
<b>VALOR TOTAL GRUPOS/ITENS (R\$)</b>					<b>R\$ 127.215,00</b>

2.2. O fornecedor classificado é o seguinte:

<b>1ª Classificada – Empresa detentora da ARP</b>		
Razão Social: <b>C.L.C MAUES EIRELI - EPP</b>		CNPJ: 23.085.871/0001-50
Endereço: Rua. Diogenes da Silva, 1675 - Buritizal		
Cidade: Macapá	UF: AP	CEP: 68.900-971
Telefone: 3223-3727		
Endereço Eletrônico: E-mail: casabrazil@clamaues.com.br		
Representante: Carmem Lúcia Cunha Maués		
RG n.º/Órgão Expedidor/UF: 045.662 SSP - AP		CPF n.º: 088.999.752-72

2.3. Se houver empresa participante do certame licitatório que aceite fornecer o objeto registrado nesta Ata pelo mesmo preço da 1ª classificada na licitação, esta integrará o **Cadastro Reserva**.

2.4. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

2.5. Aceitaram a fornecer o objeto registrado nesta Ata pelo mesmo preço da 1ª classificada na licitação, os seguintes fornecedores:

Documento Assinado Eletronicamente nos termos da Lei Federal nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, que dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos.

IX Legislatura - 2023 / 2027 — www.al.ap.gov.br



Ordem de Classificação	Empresa	Item	Quantidade Registrada	Valor Expresso em R\$	
				Unitário	Total

**\*Não houve interessados em figurar na lista de cadastro reserva desta ARP.**

### **3 – DA VALIDADE DO PROCESSO DE PREÇOS**

O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

3.1. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irremovíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d”, do inciso II do art. 124 da Lei n.º 14.133/21 ou de redução dos preços praticados no mercado.

3.2. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 124 da Lei n.º 14.133/21.

### **4– DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTROS DE PREÇOS**

4.1. O órgão gerenciador desta Ata de Registro de Preços será a Assembleia Legislativa do Estado do Amapá, que exercerá suas atribuições por intermédio da Diretoria de Administração.

### **5– DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

5.1. Nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, durante a vigência, a Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.

5.2. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

5.3. O quantitativo decorrente das aquisições ou contratações adicionais não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para a Assembleia Legislativa do Estado do Amapá, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

5.4. De acordo com o art. 82 ao art 86 da lei 14.133/2021, após autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

### **6 – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

6.1. O Órgão Gerenciador, além dos incisos consignados no art. 82 ao 86 da Lei 14.133/2021, obriga-se a:

6.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços - ARP, indicando, sempre que solicitado, o nome



PODER LEGISLATIVO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAPÁ

Divisão de Contratos, Convênios e Instrumentos Afins



do detentor da Ata, o preço, e as especificações do objeto registrado, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

6.1.2. Observar para que, durante a vigência da presente ARP, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas;

6.1.3. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;

6.1.4. Acompanhar a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na Ata;

6.1.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na ARP.

## **7 – DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ARP**

7.1. A Adjudicada detentora da ARP, além das disposições contidas no Termo de Referência, anexo I do Edital, obriga-se a:

7.1.1. Providenciar a atualização imediata dos números de telefone, bem como o endereço de e-mail sempre que houver alterações destes;

7.1.2. Indicar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, um novo preposto, por intermédio de carta endereçada a esta Central de Licitações, nas ocasiões em que houver a substituição daquele anteriormente indicado na proposta definitiva de preços (Anexo II do Edital);

7.1.3. Informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, quanto à aceitação ou não da execução dos serviços a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a Ata.

## **8 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1. Estará sujeita às penalidades administrativas previstas na Lei nº 14.133/21 a licitante e/ou a contratada que:

a) convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, não aceitar ou retirar a nota de empenho;

b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;

c) inexecutar total ou parcialmente, qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

d) ensejar o retardamento da execução do objeto;

e) não manter a proposta;

f) falhar ou fraudar na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo;

h) fizer declaração falsa;

i) cometer fraude fiscal;

j) não cumprir ou cumprir irregularmente as normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos, quando os pedidos de prorrogação e/ou modificação não forem acatados pela Administração;

k) desrespeitar as determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar o contrato ou por autoridade superior;

l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. A licitante e/ou contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo das demais cominações legais, às seguintes sanções:



PODER LEGISLATIVO  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAPÁ  
Divisão de Contratos, Convênios e Instrumentos Afins

8.2.1. advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

8.2.2. multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado na execução do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicados oficialmente;

8.2.3. multa compensatória de até 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto e pela recusa em retirar a Nota de Empenho, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente, e sem prejuízo da aplicação de outras sanções legalmente previstas;

8.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

8.2.5. impedimento de licitar e contratar com a Assembleia Legislativa do Estado do Amapá com o consequente descredenciamento do Cadastro Central de Fornecedores, pelo prazo de até 03 (três) anos;

8.2.6. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, quando a infração justificar a sua imposição.

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade conforme proposta dos órgãos de controle.

8.3.1. A sanção de advertência será aplicada quando a licitante der causa à inexecução parcial do contrato e não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

8.3.2. A sanção de multa poderá ser aplicada em quaisquer hipóteses previstas no art. 155 da Lei n.º 14.133/21 e ensejará na possibilidade de defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias contados de sua intimação, devendo ser paga em até 30 (trinta) dias do encerramento do processo administrativo correspondente.

8.3.2.1. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do infrator, a Assembleia Legislativa do Estado do Amapá poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

8.3.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar com o a Assembleia Legislativa do Estado do Amapá será aplicada quando a licitante der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; der causa à inexecução total do contrato; deixar de entregar a documentação exigida para o certame; não mantiver a proposta; não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ou ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, e não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

8.3.4. A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada quando a licitante apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato; fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude; praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e, também, nas hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.13/21, quando a



PODER LEGISLATIVO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAPÁ

Divisão de Contratos, Convênios e Instrumentos Afins



gravidade da conduta justificar a sua imposição.

8.4. As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar com a Administração, e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

8.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.6. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

8.7. A aplicação das sanções administrativas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.8. Em atenção ao princípio da proporcionalidade, na estipulação das sanções, a autoridade competente, deverá considerar a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, o grau de comprometimento do interesse público e o prejuízo pecuniário decorrente das irregularidades constatadas, bem como alicerçar-se na análise jurídica prévia realizada, nos termos do art. 156, par. 6º da Lei nº 14.133/21.

8.9. As situações dispostas no art. 137 da Lei nº 14.133/21 poderão ensejar, a critério da Administração, a rescisão unilateral do contrato.

8.10. Prescreve em 05 (cinco) anos, a contar da ciência da infração, a possibilidade de aplicação de sanções pela Administração.

8.11. Os atos previstos como infrações administrativas nas Leis nº 14.133/21 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846 (Lei Anticorrupção) serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na Lei Anticorrupção.

8.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade mediante a reparação integral do dano causado à Administração Pública, o pagamento da multa indicada, o transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade (no caso de impedimento de licitar e contratar) ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade (no caso de declaração de inidoneidade), o cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo e a realização de análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento destes requisitos.

8.13. Em caso de descumprimento das disposições dispostas na Lei n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), será remetida representação à Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD), que poderá aplicar as sanções administrativas dispostas no art. 52 da respectiva Lei.

8.14. A aplicação de qualquer das penalidades previstas neste instrumento realizar-se-á mediante processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa.

8.15. Se, durante o processo de aplicação de sanção, houver indícios de prática de ato ilícito tipificado pela Lei nº 12.846, de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo



PODER LEGISLATIVO  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAPÁ  
Divisão de Contratos, Convênios e Instrumentos Afins

Administrativo de Responsabilização – PAR.

8.16. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Estadual resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.17. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.18. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da ALAP, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

8.19. As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro de Fornecedores

## 9 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

9.1. O detentor da Ata de Registro de Preços, assegurados o contraditório e a ampla defesa, terá seu registro cancelado quando:

9.1.1. Descumprir as condições desta Ata de Registro de Preços;

9.1.2. Não retirar a Nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;

9.1.3. Não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese deste se apresentar superior aos praticados no mercado;

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133/21;

9.1.5. Por razões de interesse público, devidamente demonstrado e justificado pela Administração;

9.1.6. A pedido do detentor da Ata, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovados.

## 10 – DA PUBLICIDADE

10.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preços será publicado no Diário Oficial Eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá.

## 11 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico n.º 90004/2025-AL e as propostas, com preços, quantidades e especificações;

11.2. As condições gerais da execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.

11.3. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da cidade de Macapá, Estado do Amapá, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

11.4. Na contagem de todos os prazos estabelecidos nesta Ata excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

11.5. Só se iniciam e vencem os prazos referidos acima em dia de expediente administrativo.

Documento Assinado Eletronicamente nos termos da Lei Federal nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, que dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos.

IX Legislatura - 2023 / 2027 — [www.al.ap.gov.br](http://www.al.ap.gov.br)



PODER LEGISLATIVO  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAPÁ  
Divisão de Contratos, Convênios e Instrumentos Afins

11.6. Se o vencimento cair em dia que não houver expediente administrativo, os prazos de que trata o subitem 11.4. serão prorrogados para o primeiro dia útil seguinte.

11.7. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Macapá-AP, 30 de julho de 2025.

**Pelo órgão gerenciador:**

**MAICK HAMMER SILVA GEMAQUE**  
**Diretor Administrativo**

**Pela empresa detentora:**

**C.L.C MAUES EIRELI - EPP**  
**CNPJ: 23.085.871/0001-50**  
**CARMEM LÚCIA CUNHA MAUÉS**  
**CPF: 088.999.752-72**  
**Represente Legal**